

SUMÁRIO

Doutrina

Daniel Cavalcante Silva - Cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em face das bolsas concedidas pelo Programa Universidade para Todos (Prouni): análise sobre a sua legalidade

1 - Introdução. 2 - Breve contextualização do Programa Universidade para Todos (Prouni): sinalagma entre concessão de bolsas de estudo e isenção tributária. 3 - A cobrança do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) em face das bolsas concedidas pelo Prouni: fundamentos utilizados pela Fazenda Pública municipal. 4 - Argumentos de defesa das instituições de ensino superior: entendimento administrativo e judicial. 5 - Conclusão.

7

Edilson Pereira Nobre Júnior - Segurança jurídica no procedimento administrativo tributário - a questão da revisão judicial das decisões proferidas pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

1 - O questionamento proposto. 2 - A função administrativa. 3 - Coisa julgada administrativa versus Direito Tributário. 4 - A análise dos argumentos contrapostos. 5 - A feição de remate.

19

Fabrizio Costa Resende de Campos e Fernanda Vasconcelos Silva Lira - Preços de transferência no Brasil e os impactos econômicos das novas margens de *safe harbour*

1. Introdução. 2. Preços de transferência - importância e implicações nas exportações. 3. *Safe harbour* - conceitos preliminares. 4. Regras de *safe harbour* no Brasil. 5. Impactos econômicos das novas regras de *safe harbour* trazidas pela Lei nº 12.715/2012. 6. Conclusão.

34

Guilherme Cezaroti - Argumentação jurídica e o direito ao crédito presumido de IPI dos insumos e matérias-primas isentos adquiridos na Zona Franca de Manaus

1. Introdução. 2. O tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus. 3. A necessidade de lei para a concessão de crédito presumido. 4. O juízo de ponderação entre as normas constitucionais. 5. Proteção da Zona Franca de Manaus & necessidade de lei para concessão do crédito presumido.

42

Heron Arzua - A imunidade do ICMS nas exportações
Conclusões.

53

João Paulo Santarosa de Araújo Ayres, André Felipe Batista dos Santos e Marcelo Hugo de Oliveira Campos - A imunidade tributária recíproca e o pacto federativo: análise crítica do RE nº 434.251

1. Introdução. 2. Estabelecendo premissas. 3. Análise crítica de um caso concreto: RE nº 434.251. 4. À guisa de conclusão.

58

Leonardo Augusto Bellorio Battilana - O direito aos créditos de ICMS de bens destinados ao uso e consumo das empresas exportadoras

I. Introdução. II. A legislação tributária e o direito ao aproveitamento dos créditos. III. O princípio da não cumulatividade - sua finalidade e a interpretação pela jurisprudência. IV. A exportação e o direito aos bens destinados ao uso e consumo - a correta interpretação e o alcance da regra de imunidade prevista incluída pela EC 42/2003. V. Conclusão.

69

Mauricio Terciotti, Jeniffer Adelaide Marques Pires e Juliana Velasco Gomes de Almeida - Valoração aduaneira em regimes aduaneiros especiais e recentes autos de infração da Receita Federal

1. Introdução. 2. Histórico da valoração aduaneira e do comércio internacional. 3. Histórico da valoração aduaneira no Brasil. 4. Valoração aduaneira em regimes aduaneiros especiais e recentes autos de infração da Receita Federal. 5. Conclusão.

78

- Miguel Delgado Gutierrez** - O perdão de dívida e a sua tributação pelo Imposto de Renda
I - Introdução. II - Da remissão ou perdão de dívida. III - O perdão de dívida e a sua tributação pelo Imposto de Renda. IV - Conclusões. 93
- Paulo Coviello Filho** - A banalização do termo “ágio interno” pelas autoridades fiscais: a necessidade de cuidado na sua utilização, tendo em vista o preconceito por ele carregado
1. O regime jurídico do ágio e sua amortização. Breves comentários. 2. O ágio interno. 3. Operações que não se tratam de ágio interno. 100
- Pedro Guilherme Modenese Casquet e Andressa Vianna Santos Viceconti** - Reflexões sobre o atual entendimento jurisprudencial sobre a guerra fiscal e sobre a (definitiva) solução do problema
I. Introdução. II. Entendimento mais recente sobre a matéria. III. Distorções de concorrência e guerra fiscal. IV. Conclusão. 110
- Rafael Dias Toffanello** - Dedutibilidade do IRPJ e CSLL dos juros ao capital pagos por sociedade cooperativa aos seus associados
1. Introdução. 2. Histórico legislativo da dedutibilidade dos juros ao capital pelas sociedades cooperativas. 3. Histórico legislativo da dedutibilidade dos juros ao capital pelas sociedades não cooperativas. 4. Natureza jurídica dos juros ao capital pago por sociedade cooperativa e sua relação com a definição legal de ato cooperativo. 5. Dedutibilidade dos juros ao capital nas sociedades cooperativas. 6. Jurisprudência administrativa. 7. Inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF nº 93/1997 no que tange a dedutibilidade dos juros ao capital nas sociedades cooperativas. 8. Eventuais reflexos da regra da proporcionalidade na dedutibilidade dos juros ao capital pago pelas cooperativas. 9. Conclusões. 117
- Renato Lopes Becho** - A responsabilização tributária de grupo econômico
I - Colocação do tema. II - O grupo econômico na legislação previdenciária. III - Grupo econômico implícito no CTN. IV - À guisa de conclusão. 129
- Sacha Calmon Navarro Coêlho, André Mendes Moreira e Patrícia Dantas Gaia** - Drawback-suspensão: a dispensável vinculação física entre os insumos importados com o benefício e os produtos finais posteriormente exportados
1. Drawback: conceito e modalidades. 2. A exigência de vinculação física entre os insumos importados e os bens exportados no drawback-suspensão. 3. A inovação legislativa pendente de regulamentação. 139
- Parecer**
Ives Gandra da Silva Martins - Cooperativa de transporte de pessoas e cargas cujos associados, pessoas físicas, criaram empresas individuais (Eirelis) - direito a manterem os associados o regime simplificado de tributação por força do parágrafo 5º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006
Consulta. Resposta. 150